

## Sob pressão do movimento, Cruesp altera proposta salarial para 3,92%. Índice ainda é abaixo do IPCA

### Fórum indica manutenção da **GREVE**.

*Assembleias de base devem avaliar a proposta salarial e a continuidade do movimento para exigir negociações sobre financiamento, política salarial, permanência e demais pontos da pauta unificada*

Após quase um mês da última negociação, em 11/5, a força da mobilização das categorias nas três universidades pressionou o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) a agendar nova reunião para 10/6. A reivindicação das entidades que compõem o Fórum das Seis era avançar no diálogo em torno da questão salarial – o IPC/Fipe de maio/2025 a abril/2026, de 3,47%, foi considerado insuficiente por todas as assembleias –, da permanência estudantil, do financiamento das universidades e do conjunto da pauta unificada.

A reunião durou cinco horas e foi marcada pelo impasse. Como primeira manifestação, o coordenador do Fórum e diretor da Adunesp, João Chaves, questionou qual era o retorno dos reitores à contraproposta que havia sido feita em 14/5: 4,39% (inflação medida pelo IPCA/IBGE de 12 meses) + 3% (como primeiro passo para uma política de reposição de parte das perdas para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), totalizando 7,52%.

Antes de responder, a reitora da Unesp e presidente do Cruesp, Maysa Furlan, passou a palavra aos técnicos das três reitorias. Assim como havia ocorrido nas duas negociações anteriores, eles desenharam um cenário pessimista, de que a arrecadação do ICMS prevista pela Secretaria da Fazenda para 2026 – de R\$ 187,1 bi, no que se refere à quota-parte do estado, sobre a qual incidem os 9,57% – não deve se concretizar. As previsões variam entre R\$ 184,7 bi a R\$ 185,9 bi.

Os representantes do Fórum reforçaram que não havia consenso quanto às previsões para a arrecadação deste ano. Citaram o acumulado de janeiro a maio/2026, que aponta um crescimento nominal de 4,84% em relação a igual período de 2025. O total de maio/2026 (ainda sujeito a alterações) é de cerca de R\$ 14,8 bi, o que representa 7,02% a mais que o arrecadado em maio/2025. A habitual melhora no segundo semestre é outro elemento a reforçar a possibilidade de que a previsão da Fazenda se concretize.

De volta com a palavra, a presidente do Cruesp concluiu que, frente às perspectivas do ICMS – as defendidas pelos técni-



Ato/vigília durante a negociação em 10/6 (Fotos: Daniel Garcia)



cos – não era possível avançar no reajuste.

Seguiu-se longo debate. Os representantes das entidades criticaram o fato de que a negociação entre Cruesp e Fórum estava se resumindo a um debate técnico, desconsiderando a dimensão política do debate, a função social das universidades e a necessidade de recompor o poder de compra dos servidores e servidoras, cujo trabalho é essencial para a manutenção da qualidade das instituições, que praticamente dobraram de tamanho nas últimas décadas, com um quadro de pessoal cada vez mais enxuto. Eles concordaram que as universidades mudaram seu perfil nos últimos anos, especialmente após 2014, com o ingresso crescente dos filhos e filhas da classe trabalhadora (por meio das cotas étnico-raciais e socioeconômicas), o que traz um aumento das demandas, mas que isso não pode ser argumento para arrochar salários e ignorar as necessidades da permanência estudantil.

Neste ponto, a questão do financiamento das universidades entrou em pauta. Além da necessidade de definir novos parâmetros de financiamento com o advento

da reforma tributária (fim progressivo do ICMS), foi ressaltado o fato de que os recursos repassados são insuficientes para mantê-las. É preciso que os reitores deem publicidade a estas questões, defendam o financiamento adequado, cobrem o governo e os deputados na Assembleia Legislativa.

Instados a refletir sobre o reajuste, os reitores concordaram com um intervalo. Na volta, mais uma vez os técnicos tomaram a palavra e repetiram os maus presságios para a arrecadação do ICMS; a presidente do Cruesp reafirmou os 3,47%, dando por encerradas as negociações salariais.

Seguiu-se novo debate. Os membros do Fórum reforçaram a insuficiência do índice Fipe, que não expressa a inflação real e, portanto, sequer recupera a perda dos últimos 12 meses. Com vistas ao índice medido pelo IPCA, propuseram um acréscimo de, pelo menos, 0,9% na proposta feita pelos reitores. Frente à rejeição e a intransigência do Cruesp, propuseram a divisão do percentual em duas partes: 0,45% agora e 0,45% a ser negociado no segundo semestre, a partir do desempenho da arrecadação. Caso o ICMS

atinja a previsão da Fazenda, o segundo percentual estaria garantido.

Desta vez, os reitores pediram o intervalo. Voltaram uma hora depois, afirmando que havia concordância com os 0,45% agora, aumentando a proposta original de 3,47% para 3,92%, com o compromisso de reuniões técnicas periódicas de avaliação, mas sem condicionantes quanto aos outros 0,45%.

Os representantes das entidades afirmaram que levariam a proposta às assembleias de base.

### Permanência não foi discutida

Mais uma vez, a permanência estudantil não foi debatida. Com o avançado da hora, a professora Maysa propôs remeter o item para nova reunião entre Cruesp e Fórum, a ser agendada para breve. O coordenador do Fórum e os representantes estudantis reafirmaram a necessidade urgente e urgentíssima de discutir o tema com o Cruesp, iniciando pelos quatro pontos centrais: reajuste e ampliação das bolsas, tendo como horizonte o salário-mínimo paulista; discussão sobre os conceitos de bolsa e auxílio; fim da exigência de contrapartida de trabalho (vigente na Unicamp); instituição



A negociação em 10/6, na reitoria da Unesp

de cotas trans e vestibular indígena.

A coordenação do Fórum também insistiu na necessidade de nova reunião para debate sobre o conjunto da Pauta Unificada e, também, o agendamento urgente do primeiro encontro do grupo de trabalho (GT) criado para discutir a reforma tributária e o financiamento.

### Nenhuma punição aos que lutam

O Fórum das Seis cobrou dos reitores que não haja nenhum tipo de punição contra os que lutam em defesa de melhores salários, condições dignas de estudo e trabalho, permanência estudantil, financiamento adequado para as universidades. Os reitores alegaram que respeitam o direito de greve e que se limitam a seguir a lei, comprometendo-se a negociar com as entidades.

## Assembleias de base até 16/6

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum das Seis Fórum indicam a manutenção da greve onde está instalada, neste momento nos três segmentos da Unesp e da Unicamp.

Assembleias de base, a serem realizadas até 16/6, devem avaliar a proposta salarial e a continuidade do movimento para exigir negociações sobre financiamento, política salarial, permanência e demais pontos da pauta unificada. O Fórum volta a se reunir em 17/6 para avaliar o retorno das assembleias.



Vigília durante a negociação entre Cruesp e Fórum, em 10/6

## Entidades convidam para nova marcha estadual em 17/6. Desta vez, o destino é a Alesp

Entidades sindicais e estudantis estão organizando uma nova manifestação em 17/6, a exemplo da ocorrida em 20/5. A concentração está prevista para as 18h, no MASP, na capital, com passeata até a Assembleia Legislativa. Em pauta, o financiamento da educação, aí inseridas as universidades estaduais paulistas; a defesa do conjunto dos serviços públicos; a denúncia da violência policial e das privatizações, que têm sido a marca do governo Tarcísio de Freitas; além de pautas gerais da classe trabalhadora, como o fim da escala 6X1.

As entidades que compõem o Fórum das Seis estão organizando individualmente a participação e o financiamento de suas categorias na atividade. Fique de olho nas divulgações.

